



# ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

(De harmonia com o ponto 8.1 do POCAL e ponto III da Resolução n.º 4/2001-2.ª secção do Tribunal de Contas - D.R.II série, n.º 191, de 18/08/2001)

## **8.1.1. - Identificação:**

- *Município de Mogadouro*

- *Número de Identificação Fiscal: 506851168*

- *Morada: Largo do Convento ; 5200-244 - MOGADOURO*

- *Telefone / Fax - 279 340 100 - 279 341 874*

- *MAIL - geral@mogadouro.pt*

- *Regime Financeiro: Autonomia Administrativa e Financeira e em termos de IVA a autarquia, aplica o regime da Afetação Real de periodicidade trimestral.*

- *N.º de Eleitores em 2018: 10.537 - D.R. n.º 43, II Série de 01/03/2019.*

## **8.1.3. - Estrutura Organizacional**

	<i>Data da aprovação</i>	<i>Data de publicação</i>	<i>Diário República</i>
<i>Estrutura Orgânica</i>	<i>29 de junho de 2018</i>	<i>14 de outubro de 2018</i>	<i>N.º 156 - II Série</i>
<i>Mapa de Pessoal</i>	<i>Câmara</i>	<i>Assembleia</i>	
	<i>30/10/2018</i>	<i>14/12/2018</i>	



**8.1.4. - Descrição sumária das atividades:**

O Município de Mogadouro é uma autarquia que visa a prossecução de interesses próprios das populações respetivas, cujas atividades são direcionadas à concretização das atribuições e competências que lhe estão legalmente conferidas pela Lei 75/2013 de 12 de setembro, cujas atividades desenvolvidas durante o ano se encontram descritas nos Relatório de Gestão.

**8.1.5.- Recursos Humanos – Órgão Executivo**

*De 1 de janeiro a 31 de dezembro*

- Francisco José Mateus Albuquerque Guimarães
- Manuel da Ressurreição Cordeiro
- Evaristo António Neves
- Daniel Fernando Ribeiro Salgado
- Joana Filipa Vicente Silva
- Alexandra Carlota Amém Morais Machado
- Virgínia Cordeiro Gomes Vieira

*Desempenharam funções, em regime de permanência, os eleitos:*

*No período de 1 de janeiro a 31 de dezembro:*

- Francisco José Mateus Albuquerque Guimarães - Presidente
- Evaristo António Neves - Vice-Presidente
- Joana Filipa Vicente Silva - Vereadora
- Virgínia Cordeiro Gomes Vieira - Vereadora

**8.1.6. - Organização Contabilística:**

*Os serviços de Contabilidade são únicos e organizados de forma centralizada na Divisão Administrativa e Financeira, utilizando diariamente a aplicação POCAL da Medidata-Engenharias e Sistemas, S.A.. Os registos e demais procedimentos são efetuados num único sistema integrado capaz*



de fornecer informação adequada de acordo com os princípios e normas do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (Decreto-Lei 54-A/99 de 22 de fevereiro com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 26/2002 de 14 de fevereiro).

### **8.1.7. - Outra informação (conforme Resolução n.º 4/2001)**

#### **Indicadores de Gestão:**

Fundo de Equilíbrio Financeiro	8.904.662,00€
Fundo Social Municipal	177.796,00€
Participação fixa no IRS	120.592,00€
Receitas Correntes no ano anterior ao da gerência em apreciação	11.676.444,05€
Despesas de investimento no ano anterior ao da gerência em apreciação	3.135.017,39€
Despesas com pessoal do quadro	2.260.678,15€
Despesas com pessoal em qualquer outra situação	445.985,67€

#### **Ações Inspetivas:**

- Data da última ação: 28/11/2005
- Período abrangido: 01/07/2000 a 28/11/2005
- Entidade: I.G.A.T.
- N.º Processo: S.P.40800

Sem relatório concluído por ter sido exercido o contraditório, decorreu uma inspeção levada a cabo pela I.G.A.L. que abrangeu vários períodos de acordo com exposição apresentada tendo início a 26/05/2011 e término a 03/08/2011 à qual foi atribuído o n.º. de processo S.P.40800-IO/2011.

#### **Serviços Municipalizados:**

- Esta entidade não tem Serviços Municipalizados.

#### **Regulamentos/Diretivas/Internas:**



- Regulamento de Controlo Interno aprovado em 23/03/2004.

**Documentos de Gestão:**

	Data de Aprovação pelo Órgão Executivo	Data de Aprovação Órgão Deliberativo
Grandes Opções do Plano - 2018	12 de dezembro de 2017	29 de dezembro de 2017
Orçamento para 2018	12 de dezembro de 2017	29 de dezembro de 2017
Documentos de Prestação de Contas		

**8.2 NOTAS AO BALANÇO E ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**8.2.1 Derrogação das disposições do POCAL**

A presente prestação de contas é constituída, para além dos documentos que se encontram definidos no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro - POCAL, - por um conjunto de outros não previstos no diploma legal supra referido, mas impostos pela Resolução n.º 04/2001- 2.ª Secção do Tribunal de Contas.

Todos os documentos foram elaborados sem prejuízo do legalmente estabelecido, para que estes reflitam uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da Autarquia.

O POCAL, obriga á existência simultânea e interligada de três sistemas contabilísticos designadamente a orçamental; a patrimonial e a de custos, em harmonia com os princípios contabilísticos geralmente aceites e expressos no ponto 3.2 do POCAL "Princípios e Regras".

Aqui, pode-se colocar como exceção os procedimentos estabelecidos quanto à aplicação de uma contabilidade de custos, cuja estrutura ainda não está implementada no Município de Mogadouro, porque para o seu pleno funcionamento,



é necessário ter as aplicações de POCAL; aprovisionamento; pessoal; gestão de imobilizado; máquinas e viaturas e gestão de atividades, a trabalhar de forma integrada, o que ainda não acontece.

**8.2.3 – Critérios valorimétricos utilizados relativamente às várias rúbricas do balanço, bem como métodos de cálculo respeitantes aos ajustamentos de valor, designadamente com as Existências, o Imobilizado e as Amortizações:**

### **8.2.3.1 Imobilizado**

#### **Imobilizações corpóreas**

*O presente quadro aplica-se, apenas, ao inventário em 31 de dezembro de 2006.*

DESCRIÇÃO	N.º BENS	VALOR IMOB. BRUTO (€)
Bens valorizados pelo custo histórico	1.140	1.200.091,99
Bens avaliados pelo método comparativo	353	69.938,74
Bens avaliados pelo valor de mercado	1.879	393.029,92
Bens não inventariáveis fisicamente valorizados ao custo histórico	1.267	9.803.500,67
Bens sem valorização	28	0.00

Fonte: relatório de avaliação da empresa avaliadora Sinérgimo S.A

Para o imobilizado inventariado após 1 de janeiro de 2007, na valorização dos bens imóveis de domínio público/privado, viaturas e bens móveis foi utilizado o método do custo de aquisição ou de produção.

Na sequência da metodologia adotada para a inventariação do espólio documental, tem-se procedido ao registo das novas aquisições pelo valor global da fatura. No entanto, é de realçar que todo o espólio documental é objeto de controlo através de uma aplicação informática, disponível na Biblioteca Municipal Trindade Coelho.

Sempre que se trate de ativos do imobilizado obtidos a título gratuito considera-se o valor resultante da avaliação ou o valor patrimonial definido nos



termos legais para o efeito (valor patrimonial tributário atual para os imóveis) ou, caso não exista disposição aplicável, o valor resultante da avaliação segundo critérios técnicos que se adequem à natureza desses bens.

No caso em que este critério não seja exequível, o imobilizado assume o valor zero até ser objeto de uma grande reparação, assumindo nessa data o montante da beneficiação. Na impossibilidade de valorização dos bens ou quando estes assumam o valor zero, os bens são identificados neste anexo e justificada essa impossibilidade na nota 8.2.14.

*Este capítulo, sendo o que contribui com a maior fatia do Ativo, regista o valor de 41.944.393,38€, com aumentos nas rubricas, equipamento de transporte e imobilizações em curso e outras imobilizações corpóreas e diminuições nos terrenos, edifícios e outras construções, no equipamento básico, nas ferramentas e utensílios e no equipamento administrativo, apresentando no total, uma diminuição de 2.776.144,05€.*

#### **Imobilizações Incorpóreas**

As imobilizações incorpóreas (despesas de investigação e desenvolvimento, projetos, planos, direitos de autor, marcas, direito de superfície e outros direitos) também foram valorizadas ao custo de aquisição.

*Este item, que regista o software informático e outras despesas e que têm uma elevada taxa de amortização, cujo valor é amortizado em 3 anos, regista uma diminuição de 44.223,62€ em relação ao ano de 2017.*

#### **Investimentos Financeiros**

Os investimentos financeiros (partes de capital) foram valorizados ao custo de aquisição.

Atentos às especificidades dos contratos de cedência do direito de superfície, os serviços do património continuam a reunir a informação necessária

---



para dar cumprimento ao normativo preconizado no POCAL, com o seguinte propósito:

➤ Proceder à reclassificação desses ativos para a conta de *Investimentos em imóveis*, na medida em que não estão disponíveis para venda, considerando-se como tal, que esta conta abrange as edificações urbanas e propriedades rústicas que não estejam afetas à atividade operacional da autarquia, nem sejam considerados bens do domínio público.

➤ No que concerne ao tratamento contabilístico de uma cedência do direito de superfície, o benefício gerado deverá ser reconhecido ao longo do período do contrato independentemente do momento do recebimento.

O conjunto de "Investimentos Financeiros" regista o valor de 1.519.899,88€, sendo que 3.740,98 € são relativos à participação no Laboratório Regional de Trás-os-Montes na rubrica "Partes de Capital" e 447.889,50€ ao Fundo de Apoio Municipal registado na rubrica "Obrigações e títulos de participação", bem como ao incremento de 1.068.269,40€ em investimento em imóveis.

### **Bens do domínio público**

Os bens do domínio público com o valor líquido de 26.784.817,39€, registaram uma quebra de 3.455.535,15€ em relação ao ano anterior, resultante do aumento do valor das amortizações.

O Ativo inclui os bens e direitos do Município, bem como os acréscimos e diferimentos - (acréscimos de proveitos e custos diferidos) e encontra-se estruturado em três grupos.

Para efeitos de atualização e avaliação dos bens do Imobilizado Corpóreo e dos Bens do Domínio Público da Autarquia e em cumprimento das disposições



*previstas no ponto 4.2 do POCAL "Existências", foi aprovado pela Assembleia Municipal de 30/06/2000, o Regulamento de Inventário e Cadastro do Património Municipal, que estabelece as regras, critérios, métodos e procedimentos para a inventariação e valorização dos bens do Município.*

*O imobilizado em curso está valorizado de acordo com o grau de acabamento e faturação das obras, transitando apenas os seus valores para o Imobilizado Corpóreo, após a receção provisória das obras.*

*Algumas rubricas do balanço sofreram grandes alterações comparativamente com o ano anterior, principalmente pelas amortizações bem como pelas obras executadas durante o ano.*

*No que respeita aos bens móveis, relacionados com bens que se tornaram inoperacionais, foram abatidos alguns bens no valor total de 16.718,14€.*

*Já quanto aos bens imóveis, foi abatido o valor global de 1.278.126,81 euros, correspondente a regularizações relativas a alienações a título oneroso ocorridas em anos anteriores, demolições de habitação e da pista de automobilismo e alienações de terrenos da Zona Industrial.*

*Os Investimentos Financeiros (Partes de Capital e obrigações a títulos de participação), foram contabilizados pelo custo de aquisição e indicação da DGAL respetivamente.*

### **8.2.3.2 Amortizações e provisões**

*Foram calculadas as amortizações, pelo método de amortizações lineares, por duodécimos, à data de 31 de dezembro de 2006, utilizando as taxas máximas previstas no classificador CIBE, quer para os bens avaliados pelo método do custo, quer pelo método comparativo.*

*Os bens avaliados pelo método do valor de mercado tiveram por base de avaliação o estado de conservação recolhido no inventário físico e a obsolescência*





funcional do imóvel. Para estes bens foi adotada como data de início de utilização a data de 31 de dezembro de 2006.

Para a generalidade dos bens do ativo imobilizado registados a partir 1 de janeiro de 2007, as amortizações são calculadas segundo o método das quotas anuais constantes, de acordo com a aplicação das taxas fixadas no CIBE. Assim sendo, os bens concluídos ou adquiridos no exercício de 2018 sofreram a primeira amortização no presente ano económico.

Para os bens de imobilizado incorpóreo a taxa de amortização foi calculada de acordo com o período de vida útil predefinido de 3 anos.

Não obstante, o artigo 34.º do CIBE consagrar que, por norma, se possam amortizar totalmente no ano de aquisição ou produção, os bens cujos valores unitários sejam materialmente pouco relevantes, optou-se por utilizar todo o período de vida útil.

*O mapa das Amortizações e Provisões, diz-nos que as amortizações acumuladas registam um decréscimo, em termos absolutos de 2.345.973,14€ face a 2017, apresentando no final do ano, o saldo final de 79.456.926,29€. Durante o ano em análise verificam-se 6.953.942,50€ de Amortizações e 9.299.915,64€ de Regularizações.*

*Ativo Circulante, representa os bens e os direitos cuja realização deve ter lugar no próprio exercício e é composto por três grupos - Existências, Dívidas a receber e Disponibilidades;*

### **8.2.3.3 Existências**

*Encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou de mercado. O custo de aquisição inclui os gastos necessários para as colocar no seu estado atual.*



O critério valorimétrico das saídas de existências, é o custo médio ponderado, tendo sido utilizado o sistema de inventário permanente.

Não foram constituídas provisões para depreciação de existências, conforme o preceituado no princípio da prudência.

No final do ano, o armazém regista o valor de 156.549,17€, desagregado conforme o mapa seguinte refletido nas existências do Balanço, o que corresponde aos bens disponíveis em stock para em qualquer momento serem utilizados e ou aplicados na construção e manutenção da rede viária, rede de água, peças e acessórios a utilizar na reparação de viaturas e equipamentos e outros.

EXISTÊNCIAS - 2018	
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	5.247,87€
Material de escritório	22.389,05€
Outros combustíveis	9,35€
Lubrificantes	992,10€
Limpeza, higiene e conforto	15.444,47€
Material de transporte	226,64€
Material de educação, cultura e recreio	183,47€
Vestuário e artigos pessoais	1.159,66€
Outros fornecimentos e serviços	108.325,83€
Produtos químicos	2.570,73€
<b>TOTAL</b>	<b>156.549,17€</b>

Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:



<i>Movimentos</i>	<i>Mercadorias</i>	<i>Matérias-primas subsidiárias e de consumo</i>
<i>Existências iniciais</i>		249.880,07€
<i>Compras</i>		478.979,48€
<i>Regularização de Existências</i>		-77.819,70€
<i>Existências finais</i>		156.549,17€
<b><i>Custos no exercício</i></b>		<b>494.490,68€</b>

O valor considerável constante na regularização de existências está relacionado com alguma imprecisão na tramitação processual do registo de aquisição no sistema informático de gestão de stocks, inexistência de contagem física do inventário em tempo oportuno e deficiente comunicação entre serviços na informação do destino do bem.

#### **8.2.3.4 Disponibilidades**

*As disponibilidades de caixa e depósitos em instituições financeiras são expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito, respetivamente.*

#### **Depósitos em instituições financeiras e Caixa**

*Depósitos em instituições financeiras- O valor de 3.344.863,81€, corresponde á disponibilidade em instituições financeiras, e refletidos no Resumo Diário da Tesouraria do último dia do ano. De referir que 388.871,60€ são referentes a operações de tesouraria principalmente cauções e ou reforços de garantia, significando que este valor será restituído aos depositários aquando da conclusão das obras ou levantamento das cauções.*



*Caixa- O valor indicado nesta rubrica corresponde ao total dos meios de pagamento disponíveis na Tesouraria do Município e refletido no Resumo Diário de Tesouraria que no último dia do ano regista o valor de 2.270,51€.*

### **8.2.3.5 Dívidas de e a Terceiros**

*As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam, não existindo dívidas em moeda estrangeira;*

*As dívidas de terceiros são evidenciadas pelos valores das respetivas operações, líquido das respetivas provisões acumuladas.*

*Utentes- O valor de 157.371,74€, corresponde à dívida pelo consumo de água por parte dos utentes relativo a recibos debitados no final do ano.*

*Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa - O valor de 14.787,86€, corresponde às dívidas sobre os quais existe incerteza de cobrança efetiva, sendo já receita virtual e sobre a qual já foi emitida certidão de dívida. Estas dívidas são expressas pela importância constante dos documentos que as titulam e registam um aumento de 1.124,37€ em relação a 2017.*

*Estado e outros entes públicos - O valor de 21.163,08€ representa o montante do IVA a reembolsar do Estado, constituindo assim uma receita do Município para o próximo ano.*

### **8.2.3.6 Acréscimos e diferimentos**

*As demonstrações financeiras foram elaboradas com base na observância dos princípios contabilísticos no POCAL, no caso concreto o princípio da especialização dos exercícios, conduz à assunção dos custos e dos proveitos quando incorridos ou obtidos, independentemente do momento*



em que ocorra o seu pagamento ou recebimento. Tais circunstâncias são vertidas no agrupamento dos Acréscimos e Diferimentos que, no ativo, se desdobram em Acréscimos de Proveitos e Custos Diferidos. No passivo os acréscimos e diferimentos, subdividem-se em Acréscimos de Custos e Proveitos Diferidos.

**8.2.4 - Cotações utilizadas para conversão na moeda “euro” das operações registadas em contas incluídas no Balanço e na Demonstração de Resultados originariamente exprimidas e moeda estrangeira.**

*Não existem.*

**8.2.5 Situações em que o resultado do exercício foi afetado:**

- *Por valorimetrias diferentes das previstas no capítulo 4 «Critérios de valorimetria»;*
- *Por amortizações do ativo imobilizado superiores às adequadas;*
- *Por provisões extraordinárias respeitantes ao ativo.*

*Não aplicável.*

**8.2.6 Comentário às contas 431 «Despesas de instalação» e 432 «Despesas de investigação e de desenvolvimento».**

*A conta associada às despesas deste tipo revela, na sua totalidade, a aquisição de projetos de obras sem previsão de execução e os planos municipais de ordenamento do território.*

*Na conta “propriedade industrial e outros direitos” constam os direitos de autor (auto da criação do mundo) e as marcas: capital do cogumelo (marca nacional: 539346) e feira dos gorazes (marca nacional: 539345).*

*As licenças plurianuais, assim como, o software informático, também são classificados como imobilizado incorpóreo, ainda que hajam opiniões defensoras da sua inclusão na rubrica de equipamento administrativo.*



## **PASSIVO**

*O passivo representa as obrigações presentes do Município e provenientes de acontecimentos passados. É constituído por três componentes, designadamente:*

- Dívidas a Terceiros a Médio e Longo Prazo (empréstimos bancários);*
- Dívidas a Terceiros a Curto Prazo - fornecedores de imobilizado e conta corrente; Estado e Outros Entes Públicos (Operações de Tesouraria e IVA) e Outros Credores (cauções e garantias bancárias e subsídios a outras entidades);*

*Património - Esta Conta reflete as variações do imobilizado, e altera apenas com a aplicação dos resultados pelo que o valor de 16.067.419,56€ não regista qualquer alteração.*

*Subsídios - Esta conta regista os subsídios recebidos a qualquer título, que não respeitem diretamente ao financiamento da despesa corrente nem ao financiamento de bens amortizáveis.*

*Os resultados transitados apresentam o valor final de 18.300.385,42€, o que corresponde a uma diminuição de 2.518.862,97€ relativamente ao ano anterior.*

*Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo - O valor desta rubrica com 1.503.988,83€, diz respeito ao total da dívida com os empréstimos de médio e longo prazo contraídos nas várias instituições de crédito do capital utilizado até 31/12/2018, o qual comparativamente ao ano anterior, regista uma diminuição de 697.164,91€.*

### **Dívidas a Terceiros – Curto Prazo**



*Handwritten signature in blue ink*

*Fornecedores c/c e de Imobilizado c/c - Corresponde aos encargos assumidos e não pagos perante terceiros no valor global de 131.287,97€, o que representa um aumento de 78.000,44€ relativamente ao ano de 2017.*

*Outros Credores- O valor de 81.172,46€ corresponde ao valor cobrado pela Câmara a entregar a outras entidades e ao valor do Fundo de Apoio Municipal que não consideramos como dívida, por o valor estar incluído nas operações de tesouraria.*

*Garantias e Cauções- O valor global de 350.990,05€, corresponde ao total das cauções apresentadas, também refletidas nas operações de tesouraria e corresponde na sua maioria aos valores retidos pelo Município relativo a empreitadas.*

*Acréscimos e Diferimentos - A expressividade dos Acréscimos de Custos está basicamente vertida no valor contabilizado por via das remunerações a liquidar em 2019, cujo custo onera o exercício de 2018 (férias e subsídios de férias e os respetivos encargos sociais), bem como outras contingências expectáveis, que pelo facto de não terem sido refletidas na execução orçamental do ano 2018, foram consideradas no Balanço. Assim o montante de 441.518,60€ corresponde a esses direitos e é superior ao do ano anterior no montante de 96.588,81 euros.*

*Proveitos diferidos - Corresponde ao valor arrecadado sobre obras participadas pela Administração Central e Fundos Comunitários e regista uma diminuição de 1.013.513,44€ em relação ao ano anterior. O valor desta rubrica (20.746.913,76€) será movimentado na conta de proveitos conforme a contabilização das amortizações do imobilizado a que respeitam, mostrando que no decorrer de 2018, o valor recebido de fundos Comunitários foi inferior ao valor amortizado nas obras financiadas.*

**827- 828 - Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constante do balanço e nas respetivas amortizações e provisões, de acordo com os quadros seguintes:**

**Ativo Bruto**

Rúbricas	Saldo Inicial	Reavaliação/Ajustamento	Aumentos	Alienações	Transferência e abates	Saldo Final
<b>Bens de Domínio Público</b>	<b>74.069.250,55</b>	<b>0,00</b>	<b>612.442,48</b>	<b>0,00</b>	<b>105.210,20</b>	<b>74.786.903,23</b>
Terrenos e recursos naturais	697.055,10	0,00	514,00	0,00	0,00	697.569,10
Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras construções e infraestruturas:	72.130.527,21	0,00	10.100,67	0,00	1.162.343,67	73.302.971,55
Bens do património histórico, artist. e cultural	0,00	0,00	1.905,50	0,00	0,00	1.905,50
Outros bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizações em curso	1.241.668,24	0,00	599.922,31	0,00	-1.057.133,47	784.457,08
Adiantamentos p/ conta de bens dom. público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Imobilizações Incorpóreas</b>	<b>805.650,53</b>	<b>0,00</b>	<b>56.749,86</b>	<b>0,00</b>	<b>-23.968,83</b>	<b>838.431,56</b>
Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de investigação e desenvolvimento	401.762,82	0,00	0,00	0,00	0,00	401.762,82
Propriedade industrial e outros direitos	303,99	0,00	0,00	0,00	0,00	303,99
Software Informático	329.339,72	0,00	28.564,41	0,00	23.968,83	333.935,30
Imobilizações em Curso	74.244,00	0,00	28.185,45	0,00	0,00	102.429,45
Adiantamentos p/ conta de imobil. incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Imobilizações Corpóreas</b>	<b>82.014.952,17</b>	<b>-10.353.940,50</b>	<b>1.017.053,82</b>	<b>4.035,77</b>	<b>-257.560,71</b>	<b>72.416.469,01</b>
Terrenos e recursos naturais	6.627.458,41	-139.747,50	1.409,14	4.035,77	0,00	6.485.084,28
Edifícios e outras construções	56.941.342,85	-1.399.500,97	27.228,76	0,00	434.893,88	56.003.964,52
Equipamento básico	11.592.950,85	-8.814.692,03	39.287,76	0,00	-32.249,28	2.785.297,30
Equipamento de transporte	1.575.788,42	0,00	79.945,51	0,00	0,00	1.655.733,93
Ferramentas e utensílios	1.069.009,61	0,00	19.667,42	0,00	-108.931,23	979.745,80
Equipamento administrativo	1.536.453,97	0,00	20.272,57	0,00	-6.906,39	1.549.820,15
Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras imobilizações corpóreas	1.807.380,81	0,00	225.265,31	0,00	-4.263,61	2.028.382,51
Imobilizações em curso	864.567,25	0,00	603.977,35	0,00	-540.104,08	928.440,52
Adiantamentos p/ conta de imobil. corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Investimentos Financeiros</b>	<b>700.459,96</b>	<b>1.320.475,84</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-248.829,48</b>	<b>1.772.106,32</b>
Partes de capital	3.740,98	0,00	0,00	0,00	0,00	3.740,98
Obrigações e títulos de participação	696.718,98	0,00	0,00	0,00	-248.829,48	447.889,50
Investimentos em Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais	0,00	22.587,39	0,00	0,00	0,00	22.587,39
Edifícios e outras construções	0,00	1.297.888,45	0,00	0,00	0,00	1.297.888,45
Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos p/ conta de invest. financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>157.590.313,21</b>	<b>-9.033.464,65</b>	<b>1.686.246,16</b>	<b>4.035,77</b>	<b>-425.148,82</b>	<b>149.813.910,12</b>





Note-se que no mapa do Ativo Bruto, os montantes inscritos na coluna "Reavaliação/Ajustamentos", dizem respeito a avaliações decorrentes do processo de inventariação do património do Município e não a reavaliações. De acordo com a Nota Explicativa ao "Quadro do Ativo Imobilizado Bruto" do SATAPOCAL de março de 2015 "As regularizações relativas a elementos patrimoniais que não foram em devido tempo inventariadas devem ser registadas na coluna das reavaliações/ajustamentos".

No cômputo geral, destacamos a redução de 9.033.464,66€ proveniente de situações detetadas de erros fundamentais e de inexatidão nos registos contabilísticos, de tal magnitude, suscetíveis de afetar a credibilidade das demonstrações financeiras de um ou mais períodos anteriores, sendo por isso objeto de regularização, designadamente:

- - 7.473.615,03€ - bomba doseadora injetora de sulfato da ETA Bastelos (inv. n.º 4235);
- - 1.341.077,00€ - interruptor seccionador tripolar 400A do posto de transformação da ETA de Bastelos (inv. n.º 3963);
- - 76.200,00 € - desmantelamento da pista de radio modelismo (inv. n.º 50173/4);
- - 79.400,00 € - cedência gratuita do lote 9 (inv. n.º 50070) e 10 (inv. n.º 50062) para construção de piscina em Bemposta;
- - 84.000,00€ - demolição de 2 habitações sitas no largo São Sebastião no Bairro de Mogadouro (inv. n.º 7278/9);
- - 1.297.888,45€ - reclassificação dos imóveis: central camionagem (inv. n.º 50315), cozinha regional edifício 2 - B (inv. n.º 9921) e bar/esplanada da Ribeira do Juncal (inv. n.º 10994);



- - 43.400,00€ - alienação do lote 13- Santo Cristo em Bemposta (Inv n.º 50065);
- - 11.475,00€ - alienação do lote 3 - Zona Industrial de Mogadouro (inv. n.º 9417);
- + 21.084,00€ - Obra por Administração Direta: Abastecimento de água e saneamento a Salgueiro (inv. n.º 12145/6);
- + 39.380,98€ - registo matricial, em 2013, de diversas fossas e captações de água;
- - 7.350,00€ - alienação do lote 11- Zona industrial de Mogadouro (inv n.º 9948);
- + 22.587,39€ - constituição em 2001 do direito de superfície.

Apesar de não se perspetivar que estes registos de reclassificação tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Município, foi possível, durante este exercício económico, reconhecer na rubrica de *investimentos financeiros* o montante de 1.320.475,84 euros.

Acrescente-se, por fim, que não foram derrogadas quaisquer disposições do POCAL que tenham efeitos na imagem verdadeira e apropriada do ativo e resultados da autarquia.

### **DESAGREGAÇÃO DO ATIVO IMOBILIZADO**

O ativo immobilizado é desagregado por conta de immobilizado e por classe homogénea, espelhando de forma sucinta todas as alterações patrimoniais (aquisições/abates /transferências/doações) dos bens de immobilizado. Desta forma, e como suporte ao mapa A e B, foram extraídos os seguintes mapas, que se encontram em anexo:

- Mapa do ativo bruto (MAPA A);
- Mapa de amortizações e provisões (MAPA B);
- Mapa geral de bens móveis abatidos em 2018;
- Mapa geral de bens imóveis abatidos em 2018;
- Mapa de immobilizações em curso;
- Mapa resumo dos financiamentos por inventário;
- Mapa de subsídios para investimento por financiamento;



- **Bens sem valorização**

*O valor atualizado reflete o movimento de correções, nomeadamente, por efeito de grandes reparações/beneficiações.*

*As transferências de imobilizado em curso para o imobilizado corpóreo definitivo são efetuadas, pelo setor do património, aquando da receção do comprovativo da colocação do bem ao serviço do município, mediante homologação dos autos de receção provisória.*

*Contabilizou-se, patrimonialmente, o título de permuta entre o lote 69 da zona industrial de Mogadouro, alienado em 2017, e o lote 70, em estrito cumprimento da deliberação exarada em 28/11/2017.*

### **Amortizações e Provisões**

Rúbricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
<b>Bens do Domínio Público</b>	<b>43.828.898,01</b>	<b>4.173.187,83</b>	<b>0,00</b>	<b>48.002.085,84</b>
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras construções e infraestruturas	43.828.898,01	4.173.187,83	0,00	48.002.085,84
<b>Imobilizações Incorpóreas</b>	<b>679.586,68</b>	<b>59.509,71</b>	<b>8.538,01</b>	<b>730.558,38</b>
Despesas de investigação e desenvolvimento	399.610,32	2.152,50	0,00	401.762,82
Propriedade industrial e outros direitos	303,99	0,00	0,00	303,99
Software Informático	279.672,37	57.357,21	8.538,01	328.491,57
<b>Imobilizações Corpóreas</b>	<b>37.294.414,74</b>	<b>2.469.038,52</b>	<b>9.291.377,63</b>	<b>30.472.075,63</b>
Edifícios e outras construções	21.341.935,27	2.054.464,05	325.622,41	23.070.776,91
Equipamento básico	11.377.075,97	88.960,79	8.846.340,48	2.619.696,28
Equipamento de transporte	1.216.082,54	63.107,38	0,00	1.279.189,92
Ferramentas e utensílios	848.627,39	101.228,24	108.896,64	840.958,99
Equipamento administrativo	1.393.343,89	62.536,75	6.906,39	1.448.974,25
Outras imobilizações corpóreas	1.117.349,68	98.741,31	3.611,71	1.212.479,28
<b>Investimentos em Imóveis</b>	<b>0,00</b>	<b>252.206,44</b>	<b>0,00</b>	<b>252.206,44</b>
Edifícios e outras construções	0,00	252.206,44	0,00	252.206,44
<b>Total</b>	<b>81.802.899,43</b>	<b>6.953.942,50</b>	<b>9.299.915,64</b>	<b>79.456.926,29</b>



**8.2.9 - Custos incorridos no exercício respeitantes a empréstimos obtidos para financiar Imobilizações**

*Os encargos de 496,01€ em juros, e 697.609,24€ em amortizações foram pagos na data dos respetivos vencimentos.*

**8.2.10 - Indicação dos diplomas legais nos termos dos quais se baseou a reavaliação dos bens do imobilizado**

*Não se verificou a situação enunciada.*

**8.2.11 - Elaboração de um quadro discriminativo das reavaliações**

*Não se verifica a situação enunciada.*

**8.2.12 - Relativamente às imobilizações corpóreas e em curso, deve indicar-se o valor global, para cada uma das contas, de:**

*Ainda não foi possível discriminar detalhadamente todos os bens do imobilizado corpóreo e em curso, que se encontram em qualquer uma destas situações.*

*De referir que, grande parte dos moradores do Bairro Social entregaram as chaves das habitações que ocupavam ao longo do ano, por acordos celebrados com o Município designadamente a atribuição de indemnizações pecuniárias e atribuição de subsídios mensais aos inquilinos legais durante o período de indisponibilidade das habitações até á conclusão da empreitada de "Requalificação das habitações do ex Bairro Fundo Fomento e arranjo urbanístico do espaço público envolvente do mesmo, conforme deliberação tomada em reunião do Executivo de 11/09/2018.*

*O contrato relativo à concessão de exploração do Bar das Piscinas, é de carater sazonal.*

*O montante do ativo afeto à concessão da EDP não se encontra refletido no ativo imobilizado do Município de Mogadouro.*

**Imobilizações em poder de terceiros - Contratos de Arrendamento**

Nome	Morada	Designação	NIF
Maria Aurélia Pestana Pinto	Bairro Fundo Fomento, 2	Habitação Social	127076352
Aníbal António Lopes	Bairro Fundo Fomento, 3	Habitação Social	152071539
Ana dos Santos Aires	Bairro Fundo Fomento, 5	Habitação Social	148489435
Lídia José Rodrigues	Bairro Fundo Fomento, 6	Habitação Social	186160879
Natália Amelia Calvo Madaleno	Bairro Fundo Fomento, 9	Habitação Social	122836553
António dos Santos Fins	Bairro Fundo Fomento, 11	Habitação Social	132843374
José Joaquim Gomes	Bairro Fundo Fomento, 12	Habitação Social	144095599
Guilherme dos Santos Vaz	Bairro Fundo Fomento, 17	Habitação Social	156345510
Júlia Jesus Vicente Lázaro	Bairro Fundo Fomento, 21	Habitação Social	191821144
António Júlio Miguel	Bairro Fundo Fomento, 22	Habitação Social	134235967
Carolino dos Santos Picote	Bairro Fundo Fomento, 27	Habitação Social	140836861
José dos Santos Ribeiro	Bairro Fundo Fomento, 30	Habitação Social	177516763
José dos Santos Canhoto	Bairro Fundo Fomento, 31	Habitação Social	155592971
Mário Eurico Vales Teniz	Bairro Fundo Fomento, 33	Habitação Social	225640597
Maria dos Anjos	Bairro Fundo Fomento, 35	Habitação Social	139878777
Alípio José Morgado Batista	Bairro Fundo Fomento, 36	Habitação Social	134235959
Maria Fernanda Batista Banj'Ali	Bairro Fundo Fomento, 37	Habitação Social	199906203
Irene Augusta Cordeiro	Bairro Fundo Fomento, 38	Habitação Social	165099399
Manuel da Graça	Bairro Fundo Fomento, 39	Habitação Social	168690799
Ramiro Norberto Monteiro	Bairro Fundo Fomento, 40	Habitação Social	102381305
Eduardo Miguel Mesquita Félix	Castro Vicente	Habitação Social	232000271
António Augusto Santos, Lda.	Central Camionagem	Escritório	502538813
Ana Cristina Estácio Tavares	Central Camionagem	Bar	217880819
Bísaro do Planalto, Unipessoal, Lda.	Zona Industrial	Cozinha Regional 2	514246367
Eulália Rosa Fernandes Dias	Ribeira do Juncal	Bar/Esplanada	190427078
Nelson de Jesus Pereira	Piscinas Descobertas	Bar	218916612
E.D.P. Distribuição de Energia, S.A.	Concelho	Rede Baixa Tensão	504394029



*g.f.*

***Estão ainda em poder de terceiros:***

- *espaços no hangar do aeródromo municipal arrendados pelo período de um ano;*
- *sede do rancho folclórico e etnográfico de Mogadouro (antiga cadeia);*
- *sala na casa das artes e ofícios para a atividade de artesanato, cedida por um ano, renovável até ao limite de 4 anos (deliberação de 14/2/2018);*
- *antigas escolas primárias do concelho cedidas, a título gratuito e temporário, a diversas associações culturais, recreativas, desportivas e juntas de freguesia para o desenvolvimento das atividades a que se propuseram;*
- *terreno "Campo de Tiro" cedido à associação do clube de caça e pesca de Mogadouro;*
- *o edifício com 25m<sup>2</sup> com inventário n.º 11080 sito na Praça Duarte Pacheco cedido a Lúcia Adelaide Madureira Costa, para exercício de atividade económica de artesanato - deliberação 21/02/2007;*

***Imobilizações implantadas em propriedade alheia:***

- ✓ *Instalações de apoio à Casa do Chá - Concelho da Fábrica da Igreja de Mogadouro;*
- ✓ *Construção de balneários do polidesportivo do Variz - Freguesia de Penas Roias;*
- ✓ *Requalificação de polidesportivos do concelho - Freguesias de Travanca, Paradela, Ventozelo, Meirinhos e Variz em 2015 e S. Martinho e do Peso e Castelo Branco em 2009;*
- ✓ *requalificação das escadas de acesso à Alameda N. Sr<sup>ª</sup>. do Caminho em Mogadouro;*



- ✓ caminho rural do Romão e caminho agrícola de Urrós a Bemposta em 2018;
- ✓ caminho agrícola de Peso a Macedo do Peso em 2015;

**Imobilizações Reversíveis:**

- Fábrica da Igreja Paroquial de Bemposta - Lote nº. 8 do Santo Cristo para construção da residência paroquial por 50 anos;
- Santa Casa da Misericórdia de Mogadouro - Construção do Lar de Idosos por 50 anos;
- Virilis, Comércio de Automóveis, Lda. - Parcela de 900 m<sup>2</sup> de terreno para exploração de posto de abastecimento de combustíveis pelo prazo de 10anos;
- Tecsam, Tecnologia e Serviços Médicos, S.A. - Parcela de terreno de 13.365,00 m<sup>2</sup>, para construção de uma unidade clinico laboratorial pelo prazo de 50 anos.
- Carlos Luís Fernandes - Compra do processo de execução em 2016 por Amílcar Joaquim Marcos relativo a direito de superfície de terreno em Mogadouro para exploração de posto de abastecimento de combustíveis e lavagem de automóveis.

**8.2.13 - Indicação dos bens utilizados em regime de locação financeira, com menção dos respetivos valores contabilísticos**

Em 31/12/2018, o não existe qualquer bem em regime de locação financeira.

**8.2.14 - Relação dos bens do imobilizado que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade.**

Em termos gerais, a sua incorporação no inventário, com valor nulo, deve-se, fundamentalmente, a doações, ofertas, cedências gratuitas, obras



*de arte, mobiliário antigo e ao registo cadastral de bens cuja aquisição, por ser demasiada antiga, era desconhecida.*

*Neste rol de bens sem valorização, evidencia-se o registo contabilístico relativo à renovação, em 2015, do direito de superfície sobre 900 m2 de terreno para exploração de posto de abastecimento de combustíveis (11/9/2015-11/9/2025). Pese embora, o facto de este registo carecer de procedimento de desanexação do prédio rústico para efeitos de regularização predial e matricial ou fiscal, enquanto elemento constituinte de prova da titularidade da posse ou direito de uso.*

**8.2.15 - Identificações dos bens de domínio público que não são objeto de amortização e indicação das respetivas razões.**

*As razões que motivam a não amortização destes bens decorrem da própria lei (CIBE - Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril), na medida em que, em função das características intrínsecas do próprio bem, estes enquadram-se num determinado Grupo Homogéneo ao qual o CIBE não atribui qualquer taxa de amortização.*

**8.2.16 - Identificação das entidades participadas**

*Nos termos do disposto na Portaria n.º 474/2010, de 1 de julho, que aprova a Orientação n.º 1/2010 "Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo" foi aplicado o Método de Equivalência Patrimonial como critério valorimétrico para as participações financeiras. De acordo com a alínea c) do ponto 6.5 da orientação n.º 1/2010, o Método de Equivalência Patrimonial aplica-se quando uma entidade pertencente ao grupo público exerce influência significativa sobre a gestão operacional e financeira de uma entidade.*





O Município de Mogadouro não é detentor de participações abrangidas por esta metodologia.

As participações financeiras detidas pelo Município e, em que este não tem influência significativa, ou seja, inferiores a 20%, encontram-se registadas ao custo de aquisição.

Relativamente à participação em entidades não societárias é de salientar a desassociação da "Territórios do Côa, Associação de Desenvolvimento Regional" na sequência da revogação da integração do Município de Mogadouro, conforme deliberação de 09/11/2017, na Associação Douro Superior Fins Específicos, e certidão exarada pela Assembleia Municipal de Mogadouro em 16/02/2018.

O Município detém uma participação indireta na empresa "Resíduos do Nordeste, EIM" através da Associação de Municípios do Douro Superior.

Designação e sede das entidades participadas, com indicação da parcela detida, bem como dos capitais próprios ou equivalente e do resultado do exercício em cada uma dessas entidades, com menção desse exercício conforme a seguir se identificam:

Douro Superior Associação de Desenvolvimento  
Av. Combatentes da Grande Guerra  
5160-217- TORRE DE MONCORVO

Quota anual: 500,00€

Capital Próprio: 175.399,32€

Resultado do último exercício (2018): 1.202,70 €

Laboratório Regional de Trás-os-Montes  
Complexo do Cachão  
5370-132 - CACHÃO

Participação detida: 4,55%

Capital Próprio: 448.808,11€

Resultado do último exercício (2018): 53.023,18€



*Associação de Municípios do Douro Superior de Fins Específicos*  
*Av. Combatentes da Grande Guerra*  
*5160-217- TORRE DE MONCORVO*  
*Quota anual: 6.000,00€*  
*Capital Próprio: 790.057,84€*  
*Resultado do último exercício (2017): -16.676,06€*

*IAREN-Instituto da Água da Região Norte*  
*Rua Dr. Eduardo Torres, 229*  
*4450-113 - MATOSINHOS*  
*Quota anual: 299,28€*  
*Capital Próprio: 1.591.682,39€*  
*Resultado do último exercício (2018): -214.010,24€*

*Associação de Municípios Terra Fria Nordeste Transmontano*  
*Rua Visconde da Bouça*  
*5301-903 - Bragança*  
*Despesas de funcionamento: 46.052,20€*  
*Capital Próprio: 139.587,44€*  
*Resultado do último exercício (2017): -16.413,65€*

*Associação Nacional de Municípios Portugueses*  
*Av. Marnoco e Sousa, 52*  
*3004-511 - Coimbra*  
*Quota anual: 4.870,68€*  
*Capital Próprio: 2.274.107,78 €*  
*Resultado do último exercício (2018): 76.956,67€*

*Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R.*  
*Castelo de Santiago da Barra*  
*4900-360 - VIANA DO CASTELO*  
*Quota anual: 1.500,00€*  
*Capital Próprio: 2.284.950,37€*  
*Resultado do último exercício (2018): 1.607.318,23€*

*Associação de Municípios do Baixo Sabor*  
*Rua Manuel Seixas, n.º 9*  
*5160-290 - Torre de Moncorvo*



*Despesas de Funcionamento: 15.993,24€*  
*Capital Próprio: Não Identificado*  
*Resultado do último exercício: Não identificado*

*Agência de Energia de Trás-os-Montes*  
*Avenida dos Aliados, 9*  
*5400- Chaves*

*Quota anual: 6.741,51€*  
*Capital Próprio: 9.386,83€*  
*Resultado do último exercício (2018): 6.759,00€*

*Comunidade Intermunicipal de Terras de Trás os Montes*  
*Rua Visconde da Bouça, Ap. 238*  
*5300-318 - Bragança*

*Despesas de funcionamento: 51.791,67€*  
*Capital Próprio: 83.761,29€*  
*Resultado do último exercício (2018): 145.874,91€*

*Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial Duero-Douro*  
*Plaza Egidio S/N*  
*37173 Trabanca*

*Quota anual: 1.000,00€*  
*Capital Próprio: 748.679,62€*  
*Resultado do último exercício (2018): 78.909,69€*

### **8.2.17 Títulos Negociáveis e outras aplicações de Tesouraria**

*Relativamente aos elementos incluídos nas contas "Títulos Negociáveis" e "Outras Aplicações de Tesouraria", terão de mencionar, quando aplicável, a sua natureza, entidades, quantidades e valores do Balanço:*

*Da análise ao Balanço e às Demonstrações Financeiras, tal não é aplicável, pois a conta 18.1 "Aplicações Financeiras" em 31/12/2018 apresenta-se saldada.*

**8.2.18 - Discriminação da conta «Outras aplicações financeiras», com indicação, quando aplicável, da natureza, entidades, quantidades, valores nominais e valores de balanço.**

*Em 31/12/2018 não existiam Outras Aplicações Financeiras.*

**8.2.19 - Indicação global, por categorias de bens, das diferenças, materialmente relevantes, entre os custos de elementos do ativo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adaptados, e as quantias correspondentes aos respetivos preços de mercado.**

*Não existem.*

**8.2.20 - Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou de mercado.**

*Não existem.*

**8.2.21 - Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor.**

*Não existem.*

**8.2.22 - Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço.**

*No ano 2018, foram feitas provisões para cobranças duvidosas por existirem dívidas de terceiros em mora há mais de seis meses. O valor total da provisão ascende a 2.337,35€.*

**8.2.23 - Valor global das dívidas ativas e passivas respeitantes ao pessoal da autarquia local.**

*Não existem.*

**8.2.24 - Quantidade e valor nominal de obrigações e de outros títulos emitidos pela entidade, com indicação dos direitos que conferem.**

*Não é aplicável pela análise feita e demonstrada ao Balanço e às Demonstrações Financeiras.*

**8.2.25 - Discriminação das dívidas incluídas na conta «Estado e outros entes públicos» em situação de mora.**

*Não existem dívidas ao Estado em mora.*

**8.2.26 - Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e cauções prestadas e recibos para cobrança de acordo com o seguinte mapa:**

Código e designação das contas	Saldo da gerência anterior		Movimento anual		Saldo para a gerência seguinte	
	Devedor	Credor	Débito	Crédito	Devedor	Credor
Garantias e cauções		1.023.254,86€	458.445,31€	85.050,15€		649.859,70€
Recibos para cobrança	39.478,97€		78.522,47€	77.398,10€	40.603,34€	
<b>Total</b>	<b>33.254,78€</b>	<b>1.170.273,81€</b>	<b>323.463,95€</b>	<b>137.829,14€</b>	<b>39.478,97€</b>	<b>1.023.254,86€</b>

As responsabilidades por garantias e cauções prestadas e recibos para cobrança encontram-se identificados no mapa de contas de ordem.

O Município deu as receitas municipais (consignação de receita) como garantia, às seguintes entidades:

**Garantias – Outras Garantias**

Instituição Bancária	Data Início	Data Fim	Tipo Garantia	Montante Contratado
CGD	06/03/2009	06/03/2020	Consignação da Receita Municipal	10.000,00 €
CGD	28/10/2008	28/10/2019	Consignação da Receita Municipal	1.000,00 €
CGD	28/10/2008	28/10/2019	Consignação da Receita Municipal	2.000,00 €
CGD	02/04/2012	03/04/2019	Consignação da Receita Municipal	5.000,00 €
CGD	28/10/2008	28/10/2019	Consignação da Receita Municipal	2.000,00 €
CGD	06/03/2009	06/03/2020	Consignação da Receita Municipal	7.500,00 €
CGD	06/03/2009	06/03/2020	Consignação da Receita Municipal	2.000,00 €

Para assegurar o reembolso do capital e o pagamento dos juros e dos demais encargos dos empréstimos, o Município deu como garantia às instituições de crédito as receitas municipais que não se encontrem legalmente consignadas, nomeadamente:

**Garantias – Empréstimos Bancários**

Instituição Bancária	Empréstimo n.º	Tipo Garantia	Valor Dívida 31/12/2018
CGD	42476091	Consignação da Receita Municipal	240.170,71 €
CGD	21606091	Consignação da Receita Municipal	17.314,35 €
CGD	46498091	Consignação da Receita Municipal	210.712,78 €
CGD	21622091	Consignação da Receita Municipal	17.616,69 €
CGD	21584091	Consignação da Receita Municipal	33.935,79 €
CGD	21630091	Consignação da Receita Municipal	42.898,96 €
CGD	32367091	Consignação da Receita Municipal	78.324,97 €



## Prestação de contas 2018

CGD	21592091	Consignação da Receita Municipal	8.603,43 €
CGD	49470091	Consignação da Receita Municipal	307.071,63 €
CCAM	46025417	Consignação da Receita Municipal	6.075,56 €
CCAM	61285996	Consignação da Receita Municipal	541.263,94 €

### 8.2.27 - Desdobramento das contas de provisões acumuladas explicitando os movimentos ocorridos no exercício, de acordo com o quadro seguinte:

Código das contas		Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
19	Provisões para aplicações de Tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
291	Provisões para cobranças duvidosas	25.815,48€	2.337,35€	0,00	28.152,83€
292	Provisão para riscos de encargos	0,00	0,00	0,00	0,00
39	Provisões para depreciação de existências	0,00	0,00	0,00	0,00
49	Provisões para investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00

### 8.2.28 - Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 «Fundo patrimonial», constantes do balanço.

Fundos Próprios e Passivo	Exercícios	
	2018	2017
51 Património	16.067.419,56€	16.067.419,56€
55 Ajust. de partes de capital em empresas	0,00	0,00
56 Reservas de Avaliação	0,00	0,00
Reservas:	0,00	0,00
571 Reservas legais	0,00	0,00
572 Reservas estatutárias	0,00	0,00
573 Reservas contratuais	0,00	0,00
574 Reservas livres	0,00	0,00
575 Subsídios	18.782.044,16€	18.730.194,71€
576 Doações	150.456,00€	455,00€
577 Reservas decorrentes de transf. Ativos	0,00	0,00
59 Resultados transitados	18.300.385,42€	20.819.248,39€
Subtotal-----	53.300.305,14€	55.617.317,66€
Resultado líquido do exercício	-2.490.692,09€	-2.288.968,44€
<b>Total dos Fundos Próprios</b>	<b>50.809.613,05€</b>	<b>53.328.349,42€</b>

**576 - Doações**

Esta conta registou um incremento de 150.001,00 euros que resulta, essencialmente, do registo no inventário do município do(a):

- Espólio documental entre Luise Ey e o escritor mogadourense Trindade Coelho (1854-1936), constituído por 1076 documentos com elevado valor literário e cultural, tendo sido atribuído, meramente para efeitos de seguro, o valor base aproximado de 150.000,00 euros, conforme deliberação do executivo em 11/09/2018.
- Escritura de doação, exarada em 09/05/2018, relativa à compropriedade de 1/4 do prédio urbano para implementação do canil intermunicipal de Vimioso, Mogadouro, Miranda do Douro e Bragança (CIVMMB), sito no lote n.º 12 do loteamento industrial da Redondelha, em Vimioso, sendo atribuído à doação o valor de 1,00 euro. (A inscrição predial e matricial encontra-se até à data por regularizar)

**59 – Resultados Transitados**

As variações verificadas na rubrica de Fundos Próprios, estão diretamente relacionadas com a acumulação do resultado líquido do exercício.

O valor registado na conta "Resultados Transitados acolhe os resultados líquidos provenientes do exercício anterior no valor -2.288.968,24 euros, bem como o valor de correções excecionais e de grande significado verificadas ao longo do exercício.

**8.2.29 - Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, como segue:**

Movimentos	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo
Existências iniciais	0,00	249.880,07€
Compras	0,00	478.979,48€
Regularizações de existências	0,00	-77.819,70€
Existências Finais	0,00	156.549,17€
<b>Custo no Exercício</b>		<b>494.490,68€</b>

**8.2.30 - Demonstração da variação da produção**

Não aplicável.

**8.2.31 - Demonstração dos resultados financeiros:**

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2018/12/31	2017/12/31			2018/12/31	2017/12/31
681	Juros Suportados	496,01	1.355,64	781	Juros obtidos	0,00	00,00
682	Perdas em entidades participadas	0,00	0,00	782	Ganhos em entidades participadas	0,00	0,00
683	Amortização de investimento imóveis	23.138,05	0,00	783	Rendimentos de Imóveis	517.566,62	692.084,31
684	Provisões p/ aplicações financeiras	0,00	0,00	784	Rendimentos de Participações capital	3.409,09	3.750,00
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00	785	Diferença de câmbio favoráveis	0,00	0,00
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00	786	Desc. de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
688	Outros Custos e perdas financeiras	3.137,30	3.001,24	787	Ganhos nas aliena. aplicaç. Tesouraria	0,00	0,00
				788	Outros proveitos e ganhos financeiros	0,00	445,35
	<b>Subtotal</b>	<b>26.771,36</b>	<b>4.356,88</b>				
	<b>Resultados Financeiros</b>	<b>494.204,35</b>	<b>691.922,78</b>		<b>Total</b>		
	<b>Total</b>	<b>520.975,71</b>	<b>696.279,66</b>			<b>520.975,71</b>	<b>696.279,66</b>

**8.2.32 Demonstração dos resultados extraordinários:**

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2018/12/31	2017/12/31			2018/12/31	2017/12/31
691	Transferências capital concedidas	292.105,13	453.439,03	791	Restituição de Impostos	0,00	0,00
692	Dívidas incobráveis	0,00	2.722,80	792	Recuperação de Dívidas	0,00	0,00
693	Perdas em existências	25.665,60	1.142,99	793	Ganhos em existência	0,00	0,00
694	Perdas em imobilizações	62.393,91	21.151,37	794	Ganhos Imobilizações	3.430,48	121,95
695	Multas e Penalidades	18.058,25	14.025,00	795	Benefícios penal. contratuais	7.773,83	23.614,25
696	Aumentos Amortizações Provisões	0,00	0,00	796	Reduções Amortiz. Provisões	0,00	0,00
697	Correções relativas a exercícios anteriores	115,98	20,77	797	Correções relativas a exercícios anteriores	27.774,34	21.549,53
698	Outros Custos e Perdas Extraordinárias	74.645,83	16.958,66	798	Outros Proveitos e Ganhos Extraordinário	1.683.668,96	1.675.689,07
	<b>Subtotal</b>	<b>472.984,74</b>	<b>509.460,62</b>				
	<b>Resultados Extraordinários</b>	<b>1.249.662,91</b>	<b>1.211.514,18</b>		<b>Total</b>		
	<b>Total</b>	<b>1.722.647,61</b>	<b>1.720.974,80</b>			<b>1.722.647,61</b>	<b>1.720.974,80</b>




**Encargos com o Revisor Oficial de Contas:**

2018	2017
11.070,00€	10.701,00€

*Em anexo encontram-se os seguintes mapas:*

- Balanço
- Demonstração de Resultados
- Demonstração de Resultados Financeiros
- Demonstração de Resultados Extraordinários
- Ativo Bruto
- Amortizações e Provisões
- MAPAS DO IMOBILIZADO:**
- Mapa dos bens sem valorização
- Mapa de Imobilizações em curso
- Mapa Geral dos Bens Móveis Abatidos
- Mapa do Inventário
- Resumo da Execução da Receita e Despesa
- Mapa de Controlo Orçamental da Receita
- Mapa de Controlo Orçamental da Despesa
- Fluxos de Caixa
- Mapa de Operações de Tesouraria
- Mapa das Contas de Ordem
- Caracterização da entidade
- Mapa dos Empréstimos
- Contratação Administrativa - Situação dos Contratos
- Síntese das Reconciliações Bancárias
- Relação Nominal de Responsáveis
- Execução das Grandes Opções do Plano
- Execução do Plano Plurianual de Investimentos
- Execução do Plano de Atividades Municipais
- Modificações às Grandes Opções do Plano
- Modificações ao Orçamento da Receita e da Despesa
- Mapa de Outras Dívidas a Terceiros
- Mapa de Transferências Correntes - Receita
- Mapa das Transferências de Capital - Receita
- Mapa de Transferências Correntes - Despesa



- 
- Mapa das Transferências de Capital - Despesa
  - Relação dos encargos assumidos e não pagos
  - Resumo Diário de Tesouraria
  - Fundos de Maneio
  - Mapas das Reconciliações bancárias
  - Notas demonstrativas com respetivas certidões
  - Mapa das Participações em Entidades não Societárias
  - Mapa das Participações em Entidades Societárias
  - Declaração nos termos da Resolução n.º 3/2016 do Tribunal de Contas
  - Declaração de Compromissos Plurianuais
  - Declaração de pagamentos em atraso
  - Declaração agregada de recebimentos em atraso
  - Mapa síntese dos bens inventariados
  - Mapa das Existências em Armazéns